

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Apreciação do texto final que resultou da discussão e votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 126, 127 e 129 ao Decreto-Lei n.º 36/2019, de 15 de março, que mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 na carreira docente

3.2. Baixa de Projetos de Resolução

4. Audiência à CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais – sobre a aplicação da nova obrigação declarativa, Registo Central de Beneficiário Efetivo às Associações de Pais e Encarregados de Educação - 15h00 - Confirmada (Videoconferência)

5. Audição da Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por requerimento do PCP, sobre os atrasos de transferência de verbas para as instituições - 16h00 - Confirmada

6. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª](#)

7. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Lei

7.1. [Projeto de Lei 1117| XIII| 4, PCP](#), Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico

7.2. [Projeto de Lei 1121| XIII| 4, PAN](#), Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas

8. Discussão de Projetos de Resolução

8.1. [Projeto de Resolução n.º 796/XIII/2.ª](#), PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras na Escola André de Gouveia em Évora

- 8.2. [Projeto de Resolução n.º 2096/XIII/4.ª](#), CDS-PP, Recomenda ao Governo que proceda à realização urgente de obras na Escola Secundária André de Gouveia, em Évora, e remova todo o fibrocimento existente na sua construção

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia, com o adiamento do ponto 6, foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de ata

Não foram aprovadas atas.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. Apreciação do texto final que resultou da discussão e votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 126, 127 e 129 ao Decreto-Lei n.º 36/2019, de 15 de março, que mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 na carreira docente

Foram feitas intervenções iniciais pelos Deputados Margarida Mano (PSD), Ana Rita Bessa (CDS), Ana Mesquita (PCP), Joana Mortágua (BE) e Porfírio Silva (PS).

Foram acordadas algumas melhorias a introduzir no relatório das votações na especialidade, nomeadamente quanto a deverem ser anexadas as propostas de alteração, de modo a tornar mais clara a sua leitura. Quanto ao mais, os grupos parlamentares manifestaram o seu acordo quanto ao texto final apresentado, bem como ao relatório de votações.

3.2. Baixa de Projetos de Resolução

- 3.2.1. [Projeto de Resolução n.º 2051 | XIII | 4, do PSD](#), Ensino Superior para filhos de emigrantes portugueses

- 3.2.2. [Projeto de Resolução n.º 2055 | XIII | 4, do CDS-PP](#), Recomenda ao Governo que clarifique procedimentos para captar candidatos lusodescendentes e emigrantes para as instituições de ensino superior portuguesas

O Presidente lembrou que estas iniciativas foram discutidas em Plenário, conjuntamente com outras iniciativas, no dia 27/3/2019, tendo, em 29/3/2019, sido aprovada nova baixa à Comissão para discussão (por um período de 30 dias).

Questionados sobre eventuais diligências a tomar, o Deputado Pedro Pimpão (PSD) e a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informaram dispensar o pedido de pareceres às entidades do setor. No entanto, manifestaram a necessidade de terem mais tempo com vista a chegar a um texto comum, pelo que pediram que fossem formulado pedido de prorrogação ao PAR para este efeito.

3.2.3. [Projeto de Resolução n.º 2003| XIII| 4, do PSD](#), Clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público

Os autores (o PSD) manifestaram querer discutir a iniciativa em Comissão.

3.2.4. [O Projeto de Resolução 2116/XIII/4](#) (PCP) - Recomenda ao Governo que se uniformize o sistema de avaliação docente no ensino superior salvaguardando o princípio do tratamento mais favorável, em princípio, será discutido no Plenário, conjuntamente com uma petição sobre matéria conexa

Os autores (o PCP) manifestaram querer discutir a iniciativa em Plenário.

4. Audiência à CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais – sobre a aplicação da nova obrigação declarativa, Registo Central de Beneficiário Efetivo às Associações de Pais e Encarregados de Educação

O Presidente lembrou que a audiência iria ser realizada por videoconferência, dando de seguida a palavra ao Presidente da CONFAP. Dr. Jorge Ascensão, que começou por enquadrar o pedido de audiência.

A CONFAP explicou que têm sido contactados por diversas Associações de Pais que questionam a nova obrigação declarativa, o Registo Central Beneficiário Efetivo. Atendendo ao que se pretende com este registo para prevenir o branqueamento de capitais, a CONFAP disse considerar excessiva a sua aplicação às Associações de Pais e Encarregados de Educação que se organizam e regularizam com a única intenção de contribuir com a Escola (sua sede) para melhorar a Educação em Portugal.

Na opinião desta organização, esta obrigatoriedade apenas servirá para coagir os pais e encarregados de educação a deixarem de participar nas escolas através das suas associações de pais, cuja participação assenta num carácter voluntário.

Como tal, a CONFAP veio pedir à Assembleia da República ajuda no sentido de garantir uma solução que não afaste as famílias da participação nas escolas de forma organizada.

Na página da Comissão encontra-se disponível um [documento enviado pela CONFAP](#) que desenvolve os argumentos expostos.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) agradeceu o contributo para uma reflexão sobre esta questão, nomeadamente sobre a transposição das diretivas (duas) que esta questão envolve. Na opinião da Deputada Ana Sofia Bettencourt, a situação descrita não parece de muito fácil resolução, solicitando à CONFAP o envio de documentos com reflexão sobre a matéria, que possam ajudar a encontrar soluções.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) agradeceu o alerta que a CONFAP trouxe a esta Comissão. Mas também reconheceu que o problema pode não ser de fácil resolução. Enfatizou o papel das associações de pais na promoção da Educação mas referiu que esta situação deve ser conjugada com o objetivo prosseguido pela legislação de branqueamento de capitais. Convidou igualmente a CONFAP a enviar à Comissão documentação com reflexão sobre a matéria. E disse que o Grupo Parlamentar do PS iria acompanhar de perto esta situação, estando sensível às preocupações manifestadas pela CONFAP.

A Deputada Joana Mortágua (BE) reconheceu que esta é uma matéria relativamente à qual só agora começam a despertar na totalidade. Admitiu que a realidade das associações de pais é diferentes de outras entidades associativas. No entanto, chamou a atenção que as associações de pais também são muito diferentes entre si, umas gerindo quantias avultadas de dinheiro (com dimensões quase de empresa, gerindo funcionários e serviços) e outras, por exemplo, que se limitam a fazer festas da escola. O Grupo Parlamentar do BE valoriza a participação das associações de pais, agradecendo o contributo que possam dar.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) reconhece que a introdução da obrigação declarativa do beneficiário efetivo tem subjacente uma legislação de grau de complexidade jurídica não negligenciável e para a qual as associações de pais não estão preparadas, nomeadamente em termos de consequências sérias em caso de incumprimento, o que, no fundo, explica esta diligência da CONFAP. Realçou que as escolas não têm assessores jurídicos que possam apoiar as associações de pais nesta matéria. Sublinhou como principal preocupação o facto de este constrangimento poder pôr em causa a participação ativa e voluntária dos pais e encarregados de educação nas Associações de Pais, que exige tempo, disponibilidade e dedicação.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) valorizou a participação dos pais no meio escolar e realçou que este problema não afeta só as associações de pais mas também outras coletividades do movimento associativo, colocando-se as mesmas dificuldades. Considerou que o objetivo do combate ao branqueamento de capitais prosseguido por aquelas diretivas não terão, à primeira vista, estes destinatários, que muitas vezes se empenham por puro amor à camisola. As consequências por eventuais incumprimentos podem ter um efeito dissuasor nesta participação, o que é o contrário do pretendido. Acrescentou que o facto de haver uma diretiva comunitária não quer dizer que tenha de ser transposta cegamente para o ordenamento jurídico nacional. E adiantou que o PCP iria avançar com uma pergunta regimental ao Governo para que esta situação seja esclarecida da melhor maneira.

Após as intervenções dos grupos parlamentares, a CONFAP reconheceu não ser fácil resolver esta situação por estar em causa uma diretiva. Reconheceu que as associações de pais não são todas iguais (umas com um modelo mais empresarial), mas considerou que a declaração do modelo 22 poderia permitir distinguir as que poderiam ser dispensadas daquela declaração. Quanto às coimas, defendeu a existência de notificações que permitissem ainda a regularização da situação.

Por fim, disse temer as consequências nas associações de pais, nomeadamente dissuadindo a participação dos pais e encarregados de educação, em particular ao nível dirigente. Defendeu ainda que as associações de pais tenham um número de contribuinte que as distingam de uma empresa.

Esta audiência encontra-se disponível no site da AR, na [página da Comissão de Educação e Ciência](#).

5. Audição da Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por requerimento do PCP, sobre os atrasos de transferência de verbas para as instituições

O Presidente deu as boas vindas à Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Professora Helena Pereira, assim como ao seu Vice-Presidente, Dr. José Paulo Esperança.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, explicando que o que motivou o requerimento foi uma denúncia de investigadores da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) sobre os atrasos de transferência de verbas para as instituições, o que levaria a que estivessem a ser celebrados contratos diferenciados ao nível da entidade de acolhimento, com alguns investigadores a serem encaminhados para a Faculdade de Ciências ID (Fundação) e outros para a FCUL.

Feito um histórico das posições das entidades em causa, nomeadamente da FCT, que veio explicar que estava em causa o facto de o emprego científico estar a ser co-financiado por fundos estruturais em complemento da verba do OE, o Grupo Parlamentar do PCP perguntou se a situação se encontrava totalmente sanada. Questionou também se haveria, por parte de outras instituições do ensino superior, queixas e situações por resolver quanto à incapacidade financeira para cumprir a contratação necessária ao nível do estímulo ao emprego científico e que medidas estão a ser tomadas por parte da FCT.

A Deputada Ana Mesquita falou ainda do receio por parte dos investigadores de que a forma encontrada para resolver a situação dos investigadores da FCUL possa permitir que, em caso de atraso na transferência de verbas pela FCT, a instituição possa deixar de pagar aos investigadores, questionando, assim, se a FCT pode garantir que não haverá atrasos.

Outra questão colocada prendeu-se com os atrasos na avaliação dos centros de investigação, nomeadamente pelo impacto que tem no início do pagamento das bolsas de doutoramento abrangidas.

A Presidente da FCT começou por salientar a importância do escrutínio das verbas investidas na ciência, nomeadamente através da FCT.

Esclareceu ainda alguns processos. No caso do emprego científico, que foi um processo inovador e complexo, considerou naturalmente ter havido da parte do sistema um período de adaptação a uma nova realidade, com as instituições de acolhimento a serem chamadas a intervir no processo (de que o caso da FCUL é paradigmático e que já foi resolvido).

Falou do caso da FCUL e informou de outro caso semelhante, também já resolvido, da Faculdade de Farmácia. A Presidente da FCT comunicou achar não haver nenhuma outra situação pendente.

Sobre o potencial atraso que os pagamentos podem ter nas instituições, disse que é uma preocupação das instituições terem essa verba. O mecanismo instituído foi o funcionamento por adiantamento (de três meses de salário de contratos). Em contrapartida, a FCT exige o envio dos contratos em causa. Instituído este novo modelo uma nova componente administrativa para estas entidades, é natural haver uma demora nos primeiros tempos no envio da documentação necessária à FCT, explicou.

Acerca da avaliação das unidades de investigação, a FCT informou que a avaliação irá terminar no final de junho e explicou a estrutura envolvida nesta avaliação (ao nível dos painéis e avaliadores).

A Deputada Laura Magalhães (PSD) disse que o PSD acompanha com preocupação a situação da ciência em Portugal, apontando as exigências (crescentes) colocadas às instituições, sem que se disponibilizem os meios adequados.

Referiu que não é apenas na FCUL que esta situação existe, indicando, por exemplo, também o caso da Universidade do Minho.

Referiu os dados do Observatório do Emprego Científico sobre a implementação do concurso de estímulo em emprego individual de 2017, nomeadamente sobre a FCUL, que tinha, a 28 de fevereiro, zero contratos submetidos.

Colocou algumas questões, nomeadamente sobre i) a eventual manutenção da orientação estratégica na política de ciência com a alteração do conselho diretivo da FCT?; ii)) Que valores estão em dívida em cada entidade financiada pela FCT no final do 1.º trimestre de 2019; iii) como se justificam estes números do concurso de estímulo ao emprego científico individual de 2017? iv) como vê a nova direção da FCT o facto de, em meados de 2019, não haver qualquer contrato assinado na FCUL relativamente a este concurso; v) qual a posição sobre o grau de execução total do concurso, que, segundo o Observatório de Emprego Científico, é de 12%.

A Deputada Ana Passos (PS) começou por saudar o facto de a situação que motivou o requerimento do PCP para a audição já estar ultrapassada.

De seguida, abordou a questão da avaliação das unidades de investigação e desenvolvimento, perguntando sobre as diferenças entre o atual modelo de avaliação e o tipo de processo que era realizado na anterior legislatura.

Sobre o emprego científico, referiu a importância do Observatório do Emprego Científico, pedindo um ponto de situação sobre esta matéria do emprego científico.

Outra matéria abordada foi a da regularidade e previsibilidade no financiamento da investigação científica em Portugal, pedindo que a Presidente da FCT se pronunciasse sobre esta matéria.

O Deputado Luís Monteiro (BE) colocou a questão da falta de recursos humanos na FCT, pedindo que fossem identificadas as necessidades de pessoal para fazer face aos encargos que tem atualmente.

Outra questão teve que ver com a previsibilidade dos concursos e dos programas, pedindo o Deputado do BE que a FCT tome uma posição para exigir ao Governo condições para responder a esta questão.

O Deputado Luís Monteiro manifestou ainda preocupação pela profusão de associações privadas sem fins lucrativos ligadas às instituições de ensino superior, com as quais os bolseiros (na aplicação do Decreto-Lei 57) se viram constrangidos a assinar, quando a sua ligação era à instituição de ensino superior.

Por fim, questionou sobre uma matéria discutida no início da legislatura: sobre um conjunto de bolseiros que estavam na iminência de serem “despedidos” da FCT por razões políticas e não laborais. Frisou que a FCT (e o ministério) tinha ficado de enviar documentação há três anos e meio, o que não aconteceu.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) considerou haver questões que careciam de alguma clarificação, nomeadamente sobre o facto de a questão ter sido resolvida atempadamente. Valorizando as diligências realizadas, questionou que estas tenham sido atempadas.

Também apontou outros casos, para além da FCUL, onde a situação estaria a ocorrer, como é o caso do Instituto Superior Técnico, onde não se avançam com os contratos CEEC 2017, por razões de a FCT dever dinheiro relacionado com a norma transitória. Segundo a Deputada Ana Rita Bessa, esta situação confirma a ideia de que não houve uma resposta atempada.

A Deputada do CDS-PP colocou ainda questões sobre onde é que podem ser introduzidas melhorias nos processos da FCT, com vista a torná-los mais eficientes. Questionou se se trata apenas de recursos humanos ou se existem outras lacunas que devem ser supridas.

Sobre o caso da FCUL, a Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu esclarecimentos sobre as contas relativas a 2018, Estando uma parte significativa resolvida, questionou sobre a parte que falta resolver.

Relativamente à avaliação das unidades de avaliação, perguntou se era garantido que o financiamento das bolsas de doutoramento associadas ao financiamento das unidades de investigação permitirá que estas se iniciem em setembro de 2019.

Referiu também a necessidade de haver um calendário plurianual para a abertura de concursos.

Outra questão abordada pela Deputada Ana Mesquita foi a questão de continuar a haver pressões para abandono de cargos por um entendimento cego da ideia de exclusividade, tendo questionado a FCT sobre casos deste tipo.

Em resposta às colocadas, a FCT disse o seguinte:

Sobre a avaliação das unidades de investigação, foi explicado que, estando esta avaliação concluída em junho, haverá condições para as bolsas de doutoramento associadas terem início em setembro deste ano. Informou que os bolseiros poderão escolher o momento do início da bolsa.

Em relação às diferenças em relação ao período anterior, referiu que só metade das instituições naquele período foram visitadas. No atual processo, todas foram visitadas, o que se relevou uma diligência fulcral para esta avaliação.

Acerca da questão das associações privadas sem fins lucrativos associadas às instituições de ensino superior, sublinhou que se exige como condição que estas tenham uma carreira (condição que irá ser reforçada).

Também foi explicada qual a situação em termos de emprego científico, tendo sido adiantados alguns números.

Sobre o CEEC individual 2017, reconheceu que o número de contratos é apenas de 102 (para um universo de 515 de potenciais contatos). Disse que os contratos programa com as instituições tinham sido feitos, aguardando a FCT que estas enviem os contratos para serem validados e ser enviada a respetiva verba. A este propósito, chama a atenção que em muitos casos são os próprios investigadores a contratar que pedem para não iniciar imediatamente o contrato, por estarem a concluir, por exemplo, uma outra situação profissional.

Por último, e sobre a questão dos recursos humanos, admitiu ser esta uma peça fulcral, identificando como necessário, pelo menos, cerca de 30 a 40 pessoas.

A audição encontra-se disponível no site da AR, na [página da Comissão de Educação e Ciência](#).

6. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª](#)

Ponto adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

7. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Lei

7.1. [Projeto de Lei 1117 | XIII | 4, PCP](#), Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das pinpinas o não reconhecimento do ato académico.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por manifestar estar em condições de avançar para a votação.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) sublinhou a falta de verbas das universidades e dos politécnicos, dando alguns exemplos (como o do Politécnico de Castelo Branco e o da Universidade da Beira Interior), identificando os responsáveis por esta situação: o PS e os partidos que apoiam este Governo.

Identificou também problemas no Ensino Superior, como milhares de professores à espera de progressões por falta de verbas e por falta de definição do Governo; falta de residências escolares para estudantes do ES ou a falta de ação social escolar.

A Deputada Susana Amador (PS) afirmou não descurar a realidade social, considerando que esta iniciativa tem uma solução equilibrada, indo ao encontro das preocupações do PS: de sustentabilidade financeira e preocupações sociais.

O Deputado Luís Monteiro (BE) manifestou concordância com o projeto, considerando que constitui um avanço na vida dos estudantes do ensino superior.

Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu manter a posição manifestada por ocasião da discussão desta iniciativa. Parece a este grupo parlamentar que o que está disposto na lei é satisfatório.

A votação foi feita ao conjunto do articulado, tendo resultado na sua aprovação, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do PS, BE e PCP.

A Deputada Ana Mesquita (PSP) fez uma declaração final sobre a votação, realçando que defendem há muito a gratuitidade, nomeadamente pelo fim das propinas no ensino superior público. Nesta linha, defendem uma redução geral dos custos do ensino. Também enquadrou esta iniciativa no combate ao abandono escolar, contestando que esteja aqui em causa tirar recursos às instituições do ensino superior.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) interveio para considerar que o sistema deve ser construído de forma a que quem tem carências económicas tenha isenção de propinas. Só não havendo um sistema adequado de apoio é que admite este tipo de soluções.

7.2. [Projeto de Lei 1121 | XIII | 4, PAN](#), Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas

O Deputado André Silva (PAN) explicou o projeto de que é autor, que visa que as instituições de ensino superior devem ter planos de regularização de dívida por não pagamento de propinas, valendo para o passado e, também, para o futuro. Chamou a atenção que as propostas de alteração do PS se limitam ao passado. Assim, solicitou que as propostas do PAN sejam sempre votadas, sem que possam vir a ser prejudicadas pela eventualidade de aprovação de propostas de alteração existentes.

A Deputada Susana Amador (PS) considerou meritória a intenção do PAN mas não a forma como é concretizada, tendo solicitado tempo para reavaliar o novo enquadramento da votação feito pelo PAN.

O Deputado Luís Monteiro (BE) lembrou que o BE apresentou em 2016 uma proposta de mecanismo extraordinário para pagamento de dívidas em atraso, que o PS chumbou, estranhando que venha agora apoiar o projeto do PAN que propõe um mecanismo extraordinário.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) manifestou dúvidas sobre o método de votação, dizendo que havendo matérias que não são conflituantes podem ser ambas votadas favoravelmente, ficando por saber se ficam no âmbito do aditamento à lei ou de uma lei extraordinária, o que pode não ser indiferente para o sentido de voto de cada um dos grupos parlamentares.

Sugere que isto seja clarificado antes de se fazerem as votações.

A Deputada do PCP também ainda esclarecimentos ao PS relativamente ao critério usado para estabelecer 1 de janeiro de 2011.

Quanto ao projeto do PAN, este dirige-o apenas a alunos com propinas em atraso inscritos em licenciatura e mestrado. E lembrando outras situações conferentes (ou não) de grau, pergunta se é só mesmo esta a abrangência pretendida ou pretende que seja alargado?

Ao PS colocou ainda uma questão sobre a proposta relativa ao artigo 3.º, n.º 4, nomeadamente se não deveria haver uma articulação com o projeto de lei aprovado que prevê uma única consequência pelo não pagamento das propinas. Também foi colocada uma questão relativamente ao prazo e qual o critério a que presidiu a sua escolha.

O Deputado André Silva (PAN) disse não conseguir dar uma resposta relativamente às dúvidas apresentadas, bastando ao PAN que a sua proposta seja votada. Quanto à dúvida colocada pelo PCP relativamente ao âmbito, confirmou que é o que está previsto no projeto de lei, embora esteja disponível para aceitar propostas de alargamento da parte do PCP.

A Deputada Susana Amador (PS) concordou com a necessidade de articulação com o projeto de lei aprovado que prevê uma única consequência pelo não pagamento das propinas. Quanto ao resto, pediu que as dúvidas pudessem ser clarificadas numa próxima reunião, adiando-se as votações.

O Deputado Luís Monteiro (BE) manifestou dúvidas sobre a votação incidir sobre um projeto de lei (do PAN) que altera uma lei geral e as alterações (do PS), que criam um regime extraordinário.

O Presidente sublinhou que a questão foi adiada para a próxima reunião, o que permitirá esclarecer algumas questões levantadas.

8. Discussão de Projetos de Resolução

8.1. [Projeto de Resolução n.º 796/XIII/2.ª](#), PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras na Escola André de Gouveia em Évora

8.2. [Projeto de Resolução n.º 2096/XIII/4.ª](#), CDS-PP, Recomenda ao Governo que proceda à realização urgente de obras na Escola Secundária André de Gouveia, em Évora, e remova todo o fibrocimento existente na sua construção

Relativamente a este ponto, o Deputado João Oliveira (PCP) começou por solicitar que a discussão, inicialmente prevista apenas para o Projeto de Resolução n.º 796/XIII/2.ª (PSD) e Projeto de Resolução n.º 2096/XIII/4.ª (CDS-PP), inclísse também a iniciativa do PCP sobre o mesmo tema, que deu entrada no próprio dia (dia 7 de maio), o que não mereceu oposição por parte dos grupos parlamentares, nomeadamente dos autores dos outros dois projetos de resolução.

O Projeto de Resolução n.º 796/XIII foi apresentado pelo Deputado António Costa da Silva (PSD), tendo o Projeto de Resolução n.º 2096/XIII sido apresentado pela Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP). Participaram igualmente no debate os Deputados João Oliveira (PCP) e Norberto Patinho (PS).

A informação da discussão dos projeto de resolução e a gravação da reunião está disponível na página das iniciativas.

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião

- 14 de maio – 10h00

A reunião foi encerrada às 17:37 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de maio de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Ana Passos
André Silva

António Costa Silva
Elza Pais
João Oliveira
Liliana Silva
Margarida Balseiro Lopes
Maria Lopes
Norberto Patinho
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuel Leitão Marques